

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 13, NÚMERO 7 - SETEMBRO



## As coalizões nos bastidores da Ministerial da OMC

BRASIL

Uma longa (e frustrante) jornada

CAIRNS

O Grupo Cairns na OMC: pragmáticos preocupados

AMIGOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO

Uma agenda de desenvolvimento digital para o século XXI



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 13, NÚMERO 7 - SETEMBRO

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**

Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### COORDENAÇÃO

Fabrice Lehmann

### EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Daniela Alfaro

Rodrigo Fagundes Cezar

### CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## BRASIL

### 4 Uma longa (e frustrante) jornada

*Pedro Camargo Neto*

## CAIRNS

### 8 O Grupo Cairns na OMC: pragmáticos preocupados

*Frances Lisson*

## G33

### 13 Buenos Aires: o momento do Mecanismo de Salvaguarda Especial Agrícola

*Carlos Suárez Cornejo*

## AMIGOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO

### 16 Uma agenda de desenvolvimento digital para o século XXI

*Álvaro Cedeño Molinari*

## GRUPO LATINO

### 20 Negociações sobre subsídios à pesca na OMC

*Josefina del Prado*

### 24 Publicações

## Coalizões: construindo legitimidade



*O Pontes de setembro abre espaço a algumas das principais coalizões atuantes na Organização Mundial do Comércio (OMC). Qual a natureza da ação coletiva no sistema multilateral de comércio? As organizações nascem em resposta a um desafio claro. No final dos anos 1940, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês) foi criado com o objetivo de regulamentar uma fonte de intermináveis conflitos nas décadas anteriores: o intercâmbio de bens industriais. A favor da iniciativa, estava um emaranhado de regras obsoletas, à espera de adequação à nova ordem mundial. Incentivado por um núcleo de países com estruturas econômicas semelhantes, o GATT não tardou em colher resultados.*

*Materializadas as conquistas de suas primeiras rodadas de negociação, duas questões se impunham: conviria expandir um clube até então seletivo, absorvendo o mundo em desenvolvimento? Valeria a pena adicionar novos temas ao debate? Em ambos os casos, os integrantes do GATT responderam afirmativamente. Para além disso, redobram a aposta ao fomentar a criação da OMC.*

*Desde o fim da década de 1980, os membros do sistema multilateral de comércio lidam com o desafio de costurar um amplo consenso entre países com trajetórias históricas e preferências diversas. Estão impedidos, porém, de adotar estratégias unilaterais. De forma interessante, o desfecho de disputas no sistema GATT/OMC não depende apenas da força relativa das partes negociadoras. Acima de tudo, o êxito potencial de uma agenda em Genebra é medido por sua legitimidade.*

*Nesse sentido, o estabelecimento de coalizões tem servido a múltiplas funções. Em primeiro lugar, ações coletivas agrupam preferências semelhantes em torno de um discurso coerente. A coordenação também acelera o aprendizado de membros recém incorporados às práticas do sistema multilateral de comércio, reforçando o seu senso de pertencimento ao regime. Por fim, as coalizões contribuem para a resiliência dos princípios da OMC. Afinal, o alinhamento de posições exige a construção de um discurso alinhado com os princípios do regime que possibilita as negociações.*

*Nas páginas a seguir, damos voz às coalizões da OMC. Ademais, o sétimo número de 2017 do Pontes inicia um período de ampla cobertura da 11ª Conferência Ministerial da OMC. Nosso objetivo: oferecer a você, prezado(a) leitor(a), conteúdos que auxiliem na compreensão do significado do evento em Buenos Aires. Ao longo dos próximos meses, sua participação será mais importante do que nunca. Para tanto, reforçamos o convite para que nos escreva um e-mail ou deixe um comentário no [site](#) da publicação.*

*Esperamos que aprecie a leitura.*

A Equipe Pontes

## BRASIL

# Uma longa (e frustrante) jornada

Pedro Camargo Neto

*Este artigo argumenta que as propostas que marcaram o histórico das negociações agrícolas na OMC estão distantes dos interesses dos produtores do setor no Brasil. Considerando a proposta mais recente apresentada pelo governo brasileiro, o autor sugere que a expectativa desses produtores quanto à 11ª Conferência Ministerial deve ser baixa.*

Depois de 32 anos, retorna para a América do Sul uma reunião ministerial de negociações de regras multilaterais de comércio. A Rodada Uruguai teve início em Punta del Este, em 1986, com a proposta principal de inserir o comércio agrícola nas regras multilaterais do antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês).

Talvez por ingenuidade, à época acreditávamos que tal tarefa seria possível – até mesmo chegamos a investir expectativas na promessa de subsídio zero, então anunciada pelos Estados Unidos. Também aplaudimos a inclusão do Brasil ao Grupo Cairns, liderado pela Austrália. O Brasil estava longe de ser um grande exportador de bens agrícolas, e suas importações de inúmeros produtos eram significativas. O mundo era outro.

A Rodada estendeu-se por oito anos e culminou com a transformação do GATT na Organização Mundial do Comércio (OMC), avançando na consolidação do sistema de solução de controvérsias e do multilateralismo.

Além disso, em 1994, os negociadores assinaram dois acordos de interesse para o setor agrícola: o Acordo sobre Agricultura e o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, sigla em inglês). Considerando que os subsídios e a abertura de mercados que constam no Acordo sobre Agricultura permanecem os mesmos desde aquela época, é plausível argumentar que o referido texto cristalizou o *status quo* e representou um progresso apenas no sentido de evitar retrocessos.

Durante as negociações, foram estabelecidos limites de valores em subsídios permitidos por país (*de-minimis*). Ainda, os subsídios foram classificados segundo a sua capacidade de distorcer o comércio – as chamadas caixas vermelha, amarela, verde e azul. A negociação foi organizada em três pilares: acesso a mercado, subsídios domésticos e subsídios à exportação. Em matéria de acesso a mercado, todas as barreiras foram transformadas em tarifas, e os fluxos existentes foram acomodados em cotas tarifárias.

Aos países em desenvolvimento, foi garantido o *status quo*, dificultando assim o retrocesso. Já os países desenvolvidos obtiveram o Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) e o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês) – estes sim, constituíram um avanço, mas para os países desenvolvidos.

O progresso foi prometido para o futuro, com a inclusão da cláusula 20 no Acordo sobre Agricultura, que teoricamente reiniciaria a negociação agrícola no ano 2000. Contudo, tal cláusula se mostrou irrelevante nas Conferências Ministeriais de Cingapura (1996) e Seattle (1999), posto que o êxito das tratativas depende da disposição dos dois lados em negociar.

Em 2001, a Rodada Doha lançou a Agenda para o Desenvolvimento, com boas intenções para o setor agrícola nos três pilares da negociação. Já na primeira Conferência Ministerial da nova rodada em Cancún (2003), o impasse entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ficou evidente. O resultado: nenhum consenso. Foi a primeira atuação do chamado G20 agrícola, coalizão em que o Brasil teve importante participação. Na

**Principais exportadores de produtos agrícolas (2015)**

1º EUA

2º UE

3º Brasil

4º China

5º Canadá

Fonte: OMC (2016)

reunião seguinte, em Hong Kong (2005), houve consenso para uma declaração ministerial totalmente irrelevante. É possível afirmar que houve mais avanços em Cancún, com a exposição dos dissensos, do que em Hong Kong, com um consenso marcado por boas intenções, mas repleto de irrelevância.

A reunião ministerial seguinte ocorreu em Genebra e foi marcada pelo descarrilamento da Rodada Doha. Foi uma grande perda de oportunidade. Falharam todos. O diretor-geral Pascal Lamy iniciou a negociação com um texto desbalanceado, muito mais favorável aos países desenvolvidos. O Brasil apoiou de imediato o texto, perdendo a oportunidade de liderar os países em desenvolvimento. Por sua vez, os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) insistiram em regras de salvaguardas que representariam um retrocesso ao Acordo sobre Agricultura, antes mesmo de ter se consolidado como avanço. O ânimo mostrado no Qatar ruiu.

O retorno na Conferência Ministerial em Bali, em 2013, foi muito frustrante para o setor agrícola do Brasil. Nessa ocasião, não houve nenhum avanço. Pelo contrário, a Índia defendeu um retrocesso, ao buscar ampliar os subsídios permitidos desde que apresentados como estoques de segurança alimentar. E ainda quiseram que comemorássemos o resultado pela obtenção de um acordo prioritário para os países desenvolvidos: o Acordo sobre Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês). Para completar o cenário, a atuação do Brasil nas negociações de Bali foi omissa nos temas agrícolas, colocando-se como facilitador de um consenso – papel que caberia ao diretor-geral, e não ao país.

A Ministerial de Nairobi (2015) resultou com a surpresa do equacionamento do pilar “subsídios diretos à exportação”. É verdade que já não vinham sendo muito utilizados. Mais uma vez, o que o sistema multilateral de comércio nos ofereceu foi a garantia de não haver retrocessos. E foi com a importante e essencial liderança do Brasil, que trazendo a União Europeia (UE), impulsionou esse consenso.

Chegamos a Buenos Aires com o desafio – ou obrigação – de avançar. As reuniões já realizadas sinalizam que o pilar “acesso a mercado” não será debatido. Negociações de maior abertura têm ocorrido no âmbito bilateral, regional e megarregional. Quanto à sempre presente tentativa de fechamento dos mercados via acionamento das chamadas “salvaguardas especiais”, esperamos que não prosperem. Somos obrigados a destacar que, em 32 anos de negociação multilateral, nenhum maior acesso a mercado foi obtido. Somente o pilar “subsídio direto à exportação” foi bem encaminhado em Nairobi.

Resta o pilar “subsídios domésticos”. Até a reunião ministerial de Genebra (2010), o debate sobre subsídios buscava a redução dos limites existentes dentro da estrutura do Acordo sobre Agricultura. O tempo passou, e tornou-se difícil ter uma proposta que ignorasse as enormes transformações que ocorreram no comércio agrícola internacional.

Na Rodada Uruguai e, portanto, no Acordo sobre Agricultura, os subsídios classificados na regra *de-minimis* não eram tão significativos como hoje – embora importantes. Os produtos internos brutos (PIB) agrícolas cresceram muito, e hoje o *de-minimis* de muitos países tornou-se extremamente significativo. A dificuldade em negociar dentro da

---

*Chegamos a Buenos Aires com o desafio – ou obrigação – de avançar. (...) Negociações de maior abertura têm ocorrido no âmbito bilateral, regional e megarregional. (...) Somos obrigados a destacar que, em 32 anos de negociação multilateral, nenhum maior acesso a mercado foi obtido.*

---

**Saldo da balança comercial agropecuária do Brasil**

1998

**US\$ 13,51 bilhões**

2004

**US\$ 34,20 bilhões**

2010

**US\$ 63,04 bilhões**

2016

**US\$ 71,31 bilhões**

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017)

estrutura antiga do Acordo sobre Agricultura leva à tentativa de negociar compromissos proporcionais ao valor da produção agrícola (VoP, sigla em inglês). No entanto, esta constitui uma importante modificação<sup>1</sup>.

Foi sob essa ótica que parece ter sido elaborada a proposta apresentada por Brasil, Colômbia, Peru, UE e Uruguai (WTO/JOB/AG/99). O documento propõe a definição de um valor único que chamam de "X" como percentual do valor da produção autorizado para subsídios domésticos que distorcem o comércio. Não participamos desse debate. Seria interessante conhecer aonde os proponentes imaginam ser possível chegar em um acordo.

Qualquer valor que conseguimos vislumbrar representará um acordo que tem a pretensão de preparar o futuro dentro dessa nova estrutura, e não enfrentar os problemas do presente. A estrutura de subsídios domésticos inserida no Acordo sobre Agricultura resultante da Rodada Uruguai difere muito entre países. As diferenças em como subsidiam ou como protegem seus agricultores com tarifas é muito grande. Alguns países são importadores de alimentos, outros exportam a maior parte da produção e outros são grandes exportadores além de possuírem um robusto mercado doméstico. Uma regra única será muito restritiva para alguns, ou muito liberal para outros.

Novamente, décadas depois, o que se oferece é o *status quo* e dificuldades para um retrocesso – e não um real avanço. A liderança do Brasil na OMC, que em temas agrícolas é real, é utilizada para tentar nivelar enormes disparidades, em muitos casos irrelevantes para a agricultura do Brasil. O que realmente nos incomoda é a concorrência desleal no mercado internacional, que não é enfrentada na proposta conjunta.

É importante destacar que a proposta proíbe que os países possam ampliar subsídios. A nova relação entre subsídios e VoP-"X" obriga somente reduções: não autoriza ampliações para os países que já se encontram abaixo dos níveis estabelecidos. Não se trata de um retrocesso, mas sim da ausência de avanço em temas importantes. Perdemos uma oportunidade.

Faltou ambição e vontade de avançar. O objetivo de uma negociação deve ser obter um bom acordo, e não qualquer acordo. O problema prioritário que a agricultura do Brasil enfrenta no que se refere a subsídios é a distorção no comércio internacional que prejudica as nossas exportações. Em segundo lugar estão as dificuldades de acesso em inúmeros países, resultado de apoio elevado aos agricultores por subsídios domésticos.

Para mudar, abandonando os valores históricos do Acordo sobre Agricultura, e trabalhar com valores proporcionais à produção, é essencial obrigar que todos avancem equitativamente no que diz respeito às reduções de subsídios, utilizando uma média de um período mais recente para os "X" – relações produção por subsídios. O comprometimento de avanço precisa ser igualmente distribuído, diferentemente da proposta de buscar um valor único, que leva a obrigações desequilibradas.

Outro problema é não apresentar restrições de limite de subsídio por produto. Uma restrição geral proporcional ao VoP permitirá deslocamentos periódicos de subsídios entre produtos, assim como concentrações em determinados bens.

---

*O objetivo de uma negociação deve ser obter um bom acordo, e não qualquer acordo. O problema prioritário que a agricultura do Brasil enfrenta no que se refere a subsídios é a distorção no comércio internacional que prejudica as nossas exportações.*

---



Oferecer uma regra diferenciada para subsídios caixa azul foi um movimento muito infeliz: esse tipo de subsídio precisa passar a ser enquadrado como os outros que distorcem o comércio. A caixa azul foi criada como exceção unicamente para viabilizar a participação da UE no Acordo sobre Agricultura em 1994. Assim, não há por que continuar duas décadas depois. Na Rodada Doha, parecia que os Estados Unidos convenceriam os demais membros de que seus subsídios também se enquadrariam como caixa azul, o que também ocorre com outros poucos países. Caberia ao Brasil convencer a UE desse avanço, e não sucumbir no início da negociação. Essa regra diferenciada para alguns enfraquece a proposta, e esta torna-se claramente a proposta de um país desenvolvido.

Todo subsídio distorce o comércio – inclusive aqueles que se enquadram na caixa verde. Seria impossível, mesmo indesejável, imaginar a proibição de qualquer tipo de política pública de apoio à agricultura. Existe forte tendência em alterar políticas agrícolas por meio da eliminação daquelas que se enquadram como distorcivas, transformando-as em caixa verde. Esta é uma tendência que precisa ser revisitada no futuro.

A proposta apresenta também uma alternativa para os estoques de alimentos pleiteados pela Índia. Trata-se de uma proposta para aumentar subsídios, o que não deveria estar entre as prioridades do Brasil. Poderemos ser obrigados a aceitar uma regra para esse tipo de aumento de subsídio, mas isso só faria sentido se acompanhado de avanços do nosso interesse. O documento inclui, ainda, a incorporação de uma disposição que defina, para o algodão, um limite de subsídios proporcional ao seu VoP.

Resta a dúvida: por que os negociadores do Brasil optaram por antecipar uma proposta conjunta com a UE? Provavelmente, porque se trata de um acordo de livre mercado que tem em seu cronograma uma decisão poucos dias antes da Ministerial da OMC em Buenos Aires. Trata-se de uma decisão equivocada, pois abandona a liderança entre os países em desenvolvimento na reunião multilateral. O abandono de teses tão importantes e sempre defendidas pelo Brasil na OMC somente contribui para o enfraquecimento do país perante os europeus.

Como líder na produção e exportação que é, a participação do Brasil em qualquer negociação comercial agrícola é essencial. Não avançaremos sem a nossa liderança. Considerando que o governo do Brasil já apresentou proposta que não nos parece levar a nenhum resultado satisfatório, pouco podemos esperar da Conferência Ministerial de Buenos Aires. É frustrante, para 32 anos de trabalho e esperança.

---

❶ A esse respeito, recomendo a leitura da Nota Informativa publicada em maio de 2017 pelo ICTSD, intitulada "Options for WTO Negotiations on Agriculture Domestic Support". Disponível em: <<http://bit.ly/2eS9fjA>>.



**Pedro Camargo Neto**  
Ex-presidente (1990-1993)  
e atual vice-presidente da  
Sociedade Rural Brasileira (SRB).  
Foi secretário de Produção e  
Comercialização do Ministério da  
Agricultura (2001-2002).

## CAIRNS

# O Grupo Cairns na OMC: pragmáticos preocupados

Frances Lisson

*Convencida das distorções que subsídios agrícolas geram ao comércio, a embaixadora australiana analisa, neste artigo, os princípios recentemente adotados pelos membros do Grupo Cairns e discute o que é possível alcançar na 11ª Conferência Ministerial da OMC.*

**A**s disciplinas atuais sobre protecionismo agrícola são insuficientes para assegurar um terreno equitativo no comércio mundial. Esta é não apenas a opinião do Grupo Cairns, mas uma visão comum entre os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, o Grupo permanece na vanguarda durante mais de três décadas, liderando os esforços para que esse desafio seja abordado – e planeja continuar esse trabalho na 11ª Conferência Ministerial (MC11, sigla em inglês), assim como no futuro.

Como representante permanente da Austrália junto à OMC, estou especialmente consciente do importante papel que o Grupo Cairns desempenha nas negociações agrícolas. Estabelecido em 1986, o Grupo é uma coalizão de 19 países exportadores agrícolas, membros da OMC, que acreditam que o comércio agrícola global funciona melhor para todos os interessados quando é “justo e orientado ao mercado” – nas palavras da Declaração da Visão do Grupo Cairns, de 1998. Trata-se de um grupo heterogêneo, que reúne países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre eles, nove da América Latina<sup>1</sup>, em um esforço comum para melhorar as disciplinas agrícolas da OMC.

Desde seu início, os membros do Grupo Cairns estão conscientes da importância da segurança alimentar e do papel fundamental da agricultura no desenvolvimento. A Declaração da Visão de 1998 capturou esse enfoque: “A segurança alimentar será fortalecida mediante fontes de abastecimento mais diversificadas e confiáveis, já que mais agricultores, incluindo os mais pobres dos países em desenvolvimento, poderão responder às forças do mercado e às novas oportunidades de geração de renda, sem enfrentar a concorrência dos produtos fortemente subvencionados”.

Com a aproximação da MC11, e a agricultura mais uma vez – acertadamente – na linha de frente das discussões, o Grupo Cairns estabeleceu seus objetivos para a Conferência e para o futuro, em um comunicado publicado em 17 de maio:

## *Sobre ajuda interna*

- Toda produção e ajuda interna que distorce o comércio deve passar por uma análise rigorosa, a fim de que se continue avançando no processo de reforma.
- As disciplinas sobre a produção e a ajuda interna que distorcem o comércio devem ter um efeito restritivo sobre tal prática.
- Deve-se abordar a concentração de ajuda interna para produtos específicos.

## *Acesso a mercado*

- As negociações sobre acesso a mercado devem continuar buscando resultados tangíveis, que logrem reduções progressivas e substanciais dos níveis de proteção.

## *Concorrência nas exportações*

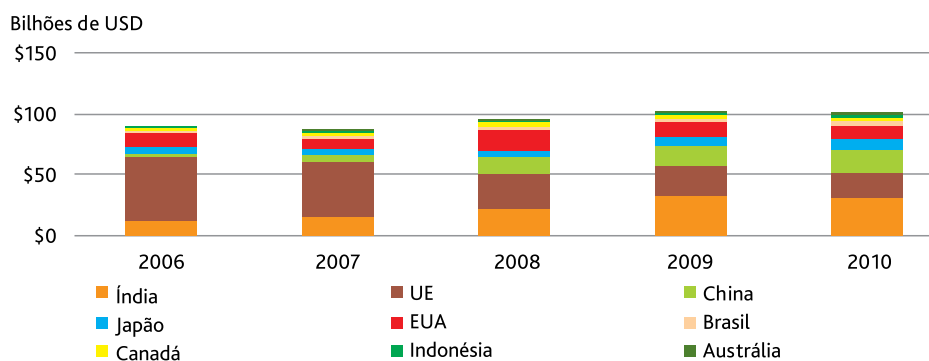
- A Decisão da MC10, que pôs um fim às subvenções à exportação, deverá ser aplicada plenamente e servir de plataforma para a continuidade do trabalho nesse tema.

## *Maior cumprimento dos requisitos de notificação*

- É necessário empreender mais esforços para cumprir com os requisitos de notificação do Acordo sobre Agricultura e as Decisões Ministeriais pertinentes nos três pilares, especialmente no que diz respeito a apoio interno.



**Figura 1 - Gastos com subsídios que distorcem o comércio (artigo 6)**



#### *Tratamento especial e diferenciado*

- O princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, incluídos os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), deve continuar sendo considerado durante todas as negociações.

Os princípios adotados pelos membros do Grupo Cairns são motivados pela preocupação de enfrentar as distorções existentes, mas também por uma visão realista do que é alcançável na MC11.

#### **Desafios e oportunidades na agricultura**

##### *Ajuda interna*

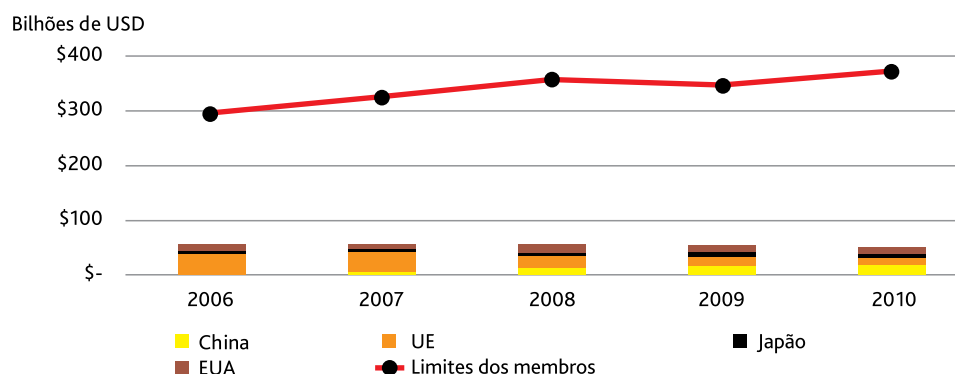
A ajuda interna, também conhecida como subvenção, é um dos temas mais discutidos nos meses que antecedem a MC11. Há uma boa razão para isso. Os principais membros estão gastando bilhões de dólares a cada ano em ajuda, e a maior parte desses recursos é classificada como distorciva ao comércio segundo o Acordo sobre Agricultura da OMC. Os agricultores, sobretudo dos países em desenvolvimento, veem-se obrigados a competir com produtos cujos insumos são fortemente subvencionados, gozam de preços garantidos pelo governo e pagamentos vinculados à produção.

##### **Ajuda total: bilhões gastos**

Os nove principais produtores agrícolas em 2010<sup>2</sup> gastaram, em conjunto, um total de US\$ 100,4 bilhões em ajuda interna que causa distorção ao comércio. Isso equivale ao produto interno bruto (PIB) equatoriano de 2016 ou à metade do PIB peruano. Não somente essas somas assombrosas causam distorções nos mercados agrícolas mundiais, como também ultrapassam em larga medida a maioria dos orçamentos dos membros da OMC. Os países que não querem ou não podem enfrentar essas distorções veem seus produtores – inclusive os mais vulneráveis – obrigados a competir em um mercado global distorcido, desigual e imprevisível, devido às decisões políticas de outros.

Imensamente preocupado com essas distorções, o Grupo Cairns trabalha firme para abordá-las tanto na MC11 como no futuro. No entanto, sabemos que as novas regras que limitam de forma significativa os programas existentes provavelmente estão além do que se pode conseguir em Buenos Aires. Felizmente, essa realidade lamentável não exclui os avanços que podem ser alcançados nessa questão na MC11. O perfeito não tem por que ser inimigo do bom, e o Grupo Cairns está disposto a participar em qualquer proposta que gere movimentos do sistema comercial internacional na direção correta.

*Os nove principais produtores agrícolas em 2010 gastaram, em conjunto, um total de US\$ 100,4 bilhões em ajuda interna que causa distorção ao comércio. Isso equivale ao produto interno bruto (PIB) equatoriano de 2016 ou à metade do PIB peruano.*

**Figura 2 - Gasto e limites dos membros**

Atualmente, os principais membros gastam apenas uma fração do que lhes é permitido pelo Acordo sobre Agricultura da OMC. Isso é tanto uma ameaça quanto uma oportunidade. Por um lado, significa que os produtores de todo o mundo vivem sob uma espada de Dâmocles, com membros poderosos capazes de aumentar seu gasto já considerável em até cinco vezes, sem violar suas obrigações. Por outro lado, isso significa que esses mesmos membros gozam de uma “água” considerável (valores não utilizados) em suas obrigações – margem que poderia ser reduzida sem cortar programas já existentes e politicamente sensíveis. Esses cortes trariam disciplina para a futura formulação de políticas agrícolas e constituiriam a base para futuras reduções.

Consideremos quatro dos maiores usuários de *de-minimis* e o apoio de MGA: Estados Unidos, União Europeia (UE), Japão e China. Em conjunto, gastaram US\$ 48,4 bilhões em 2010 nessa categoria que distorce o comércio – uma distorção mais que significativa. Mas os US\$ 48,4 bilhões gastos por esses quatro membros em 2010 corresponderam a apenas uma pequena fração dos US\$ 375,4 bilhões que tinham direito a gastar em virtude do Acordo sobre Agricultura.

### **Concentrações da ajuda interna: um produto, bilhões de dólares**

Ainda que a ajuda interna que distorce o comércio, tanto atual quanto potencial, seja altamente preocupante quando avaliada de forma agregada, seus efeitos são piores quando se concentra em uma pequena gama de produtos. Embora as normas atuais, em virtude do Acordo sobre Agricultura, limitem essas concentrações de ajuda para a maioria dos membros através dos limites do *de-minimis*, existem enormes exceções a esses limites dentro do MGA para vários membros, sobretudo países desenvolvidos. Essa é uma grande preocupação do Grupo Cairns.

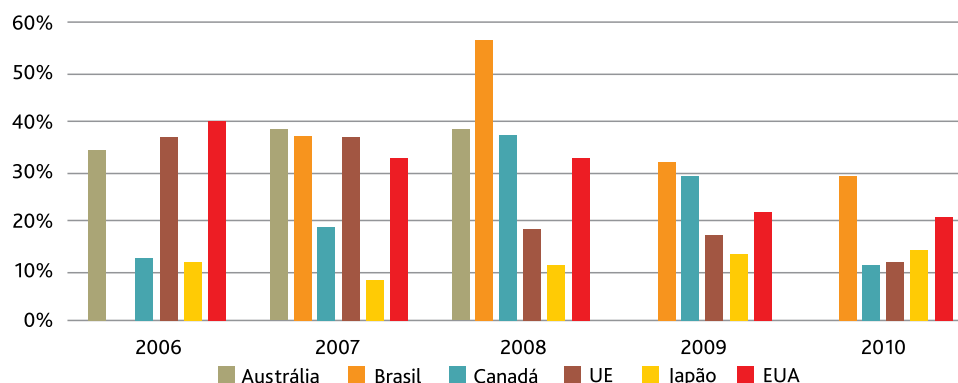
Já há muito tempo que existem as subvenções do MGA, previstas pelos autores do Acordo sobre Agricultura como medidas transitórias que deveriam ser eliminadas. Agora, são utilizadas por alguns membros importantes para subsidiar produtos agrícolas seletos a 30, 50 ou até 100% dos valores de produção desses bens. Trata-se não apenas de um comércio distorcido: é também inerentemente desigual, já que alguns membros desfrutam de dezenas de bilhões de dólares em MGA e outros não.

Assim como a ajuda interna em seu conjunto, vários membros relevantes estão utilizando somente uma fração de seus direitos totais dentro do MGA, criando um potencial para cortes substanciais. Em 2010, por exemplo, a UE gastou pouco mais de 10% de seus direitos de MGA, com um valor de US\$ 71 bilhões. Um corte de US\$ 60 bilhões por parte do bloco aumentaria significativamente a igualdade no âmbito do Acordo sobre Agricultura e eliminaria a capacidade de gerar grandes distorções no futuro – tudo isso sem afetar sequer um único programa da UE.

### **Acesso a mercado**

A ajuda interna é atualmente o principal objetivo dos membros da OMC, mas está longe de ser a única forma de distorção nos mercados agrícolas mundiais. As altas tarifas blindam os mercados do mundo, elevando os preços domésticos para os consumidores, negando

**Figura 3 - Percentual dos direitos de MGA utilizados**



aos produtores a oportunidade de competir em igualdade de condições e ameaçando a segurança alimentar mundial. São especialmente prejudiciais para os produtores dos países em desenvolvimento, que enfrentam importantes problemas de recursos, já que carecem de um acesso imediato à infraestrutura de transporte e armazenamento – o que limita ainda mais sua escolha de potenciais mercados.

Assim como no caso da ajuda interna, existem desafios tanto no agregado como nos produtos individuais. Em média, as tarifas aplicadas aos produtos agrícolas continuam sendo mais de oito vezes superiores àquelas aplicadas aos produtos industriais. Ao mesmo tempo, os picos tarifários para produtos individuais continuam sendo comuns, com casos que superam uma tarifa de 300%. Apesar da magnitude dessas distorções, as negociações sobre acesso a mercado não avançaram muito desde a Rodada Uruguai, e muitos produtores, incluindo os de países em desenvolvimento, permanecem praticamente excluídos da concorrência em mercados cruciais.

A despeito do ambiente atual não ser propício para o progresso integral nas negociações sobre acesso a mercado, para os membros do Grupo Cairns, a questão não deve ser deixada de lado. Continuaremos expressando nossas preocupações e defendendo os interesses tanto dos produtores quanto dos consumidores, a fim de dar passos adicionais e substanciais em matéria de acesso a mercado – para além da MC11.

#### **Competição das exportações**

As subvenções à exportação – pagamentos do governo condicionados às vendas a outros países – constituem uma das maneiras de intervenção que comprovadamente distorce os mercados internacionais. Sua eliminação na 10ª Conferência Ministerial da OMC, em Nairobi, foi uma conquista histórica e mostrou que era possível um acordo importante sobre novas disciplinas. O Grupo Cairns acolheu com satisfação esse momento histórico, mas ainda há muito a ser feito com relação a outros aspectos da concorrência das exportações, nos quais as normas existentes limitam de maneira insuficiente a intervenção do governo nos mercados internacionais. Vamos trabalhar com esse objetivo.

#### **Transparência e previsibilidade**

Um fio comum a todos os temas aqui tratados é a falta de transparência e previsibilidade no sistema atual. É crônica a ausência de notificações dos membros da OMC sobre seus contextos de política agrícola, sobretudo no que diz respeito às subvenções, inclusive de membros importantes. Mais de 800 notificações obrigatórias da OMC estão pendentes, deixando produtores e negociadores às escuras sobre a real situação das distorções no mercado agrícola. Embora as notificações sejam obrigatórias, a ausência de consequências para aqueles que não notificam ou para os atrasos em fazê-lo contribuiu para o problema atual. Inclusive, alguns membros importantes têm mais de cinco anos de atraso em algo que deveria ser um comunicado de rotina.

O Grupo Cairns considera que devem ser empreendidos maiores esforços para garantir o cumprimento dos requisitos de notificação, uma vez que as repetidas queixas dentro

do Comitê de Agricultura para que os membros cumpram com suas obrigações não produziram, no melhor dos casos, nada mais que uma melhora marginal.

### **O que o Grupo Cairns pode oferecer**

Acima de tudo, o Grupo Cairns chegará à MC11 com entusiasmo e disposto a usar sua voz para defender os interesses dos produtores que buscam competir em um sistema de comércio internacional justo e orientado ao mercado, livre de distorções. Com esse objetivo, o Grupo desempenhará um papel construtivo na melhoria e avanço das discussões.

As negociações são mais promissoras quando se baseiam em dados e se concentram nos aspectos técnicos das normas e como se aplicam. Com esse objetivo, o Grupo Cairns desempenha um papel construtivo por meio da produção e difusão de documentos técnicos, que analisam de forma imparcial as normas existentes e como são interpretadas e aplicadas pelos diferentes membros. O Grupo goza de uma reputação com forte potencial técnico nas negociações agrícolas.

À medida que surjam propostas, inclusive de nossos próprios membros, o Grupo trabalhará com os proponentes para analisar as implicações e refinar o conteúdo e a linguagem, de modo a garantir que continuaremos a reforma da política comercial agrícola. O Grupo Cairns planeja continuar sendo uma voz forte e construtiva, tanto na MC11 como no futuro.

- 
- ❶ Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai.
  - ❷ A última vez em que os nove membros apresentaram suas notificações sobre ajuda interna à OMC data de 2010.
  - ❸ A ajuda considerada *de-minimis* é uma subvenção que distorce o comércio proporcionada por um membro da OMC em que o total representa menos de um determinado percentual do valor da produção total dos produtos agrícolas que recebem essa ajuda: 5% do valor da produção para os países desenvolvidos e 10% para a maioria dos países em desenvolvimento. A China tem 8,5% do valor de sua produção agrícola.
  - ❹ Apesar de todos os membros terem direito ao *de-minimis*, um grupo reduzido de países, principalmente desenvolvidos, também tem acesso a um fundo monetário fixo de ajuda interna. Denominado MGA, não está relacionado aos valores de produção e pode se concentrar em um ou vários produtos para apoiá-los em muito mais que os 5 ou 10% do valor da produção permitido sob o *de-minimis*.



**Frances Lisson**  
Embaixadora da Austrália e  
embaixadora junto à OMC.

G33

## Buenos Aires: o momento do Mecanismo de Salvaguarda Especial Agrícola

Carlos Suárez Cornejo

*Como representante da Bolívia, país membro do G33, o autor alerta que o MSE proposto pela coalizão pode ser usado como instrumento protecionista entre países em desenvolvimento se as modalidades de aplicação acordadas na 11ª Conferência Ministerial forem mais flexíveis que as dispostas nas salvaguardas agrícolas ainda vigentes.*

A 11ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorrerá em Buenos Aires (Argentina), constitui um grande desafio para a América Latina. Na última Conferência, realizada em Cancún (México), em 2003, não foi possível chegar a um acordo como o obtido na Rodada Uruguai, que permitiu posicionar a América Latina como uma região capaz de formular resultados e consensos.

Agora, é a vez novamente da América Latina conseguir que, entre o pragmático e o coerente, o evento ministerial alcance bons resultados. A Argentina deve demonstrar que, se o Uruguai conseguiu resultados com a Rodada para a criação da OMC, sendo um marco na história do comércio, este é o momento de lançar um verdadeiro pacote de acordos e consensos, que façam com que a capital argentina entre para a história do comércio mundial.

É importante para muitos países em desenvolvimento membros da OMC – principalmente os do G33 – que a Conferência chegue a um resultado sobre uma modalidade coerente e aceitável para a aplicação do Mecanismo de Salvaguarda Especial (MSE). Com base em certas diretrizes, diferentes propostas têm sido levantadas no marco da OMC. Agora, depende dos membros do G33 impulsionar um consenso em Genebra, nos meses que restam para a Ministerial, de modo a chegar a um acordo sobre as modalidades de aplicação.

Ainda que não integre o G33, a Argentina deverá considerar que boa parte dos membros desse grupo são latino-americanos e que esperam que seus interesses no âmbito agropecuário estejam refletidos nesta Conferência Ministerial.

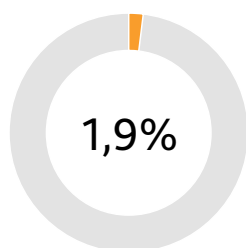
Com as Declarações de Bali e de Hong Kong, as propostas do MSE permitiram que os países em desenvolvimento pudessem aplicar tal Mecanismo. No entanto, ainda restam dúvidas sobre quais serão as “disposições precisas, sujeitas a negociação posterior”, a serem definidas em sessão extraordinária do Comitê de Agricultura.

As propostas do MSE apresentadas pelo G33 ainda mantêm “opiniões divergentes” – como se diz no léxico da OMC –, que não permitem chegar a um acordo de quais disposições são necessárias para sua aplicação. No entanto, é necessário entender que, embora aponte para a necessidade de aplicação do MSE, o G33 deve, em princípio, definir qual o universo que estará sujeito a esse Mecanismo.

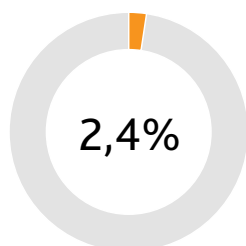
É difícil pensar que o MSE possa ser aplicável a todo o universo agrícola, definido no Anexo 1 do Acordo sobre Agricultura. No entanto, deverá ser avaliado a quantos produtos pode ser aplicável, como também se deve haver uma lista uniforme ou, alternativamente, uma lista por país. Essa é uma opção para começar a avançar na negociação, se considerarmos a capacidade produtiva diferenciada entre os membros da OMC.

Em seguida, cabe ao G33 definir o universo, ou seja, quantas linhas tarifárias por país serão sujeitas à aplicação do MSE. Esperar pela ambição de que se aplique o Anexo 1 do Acordo sobre Agricultura levará a “opiniões divergentes” entre os países em desenvolvimento e não permitirá um resultado – sobretudo se considerarmos os interesses do G20, que busca

### Crescimento anual da produtividade agrícola (1961-2007)



América Latina e Caribe



Países da OCDE

Fonte: BID (2017)

uma maior abertura comercial, resultando na discussão histórica de solicitações sem ofertas.

Sob esse esquema, vários países em desenvolvimento têm registrado em suas listas de concessões – especificadas no Artigo 2 do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês) – reservas da salvaguarda para a agricultura (SGE), aplicáveis sob os termos do Artigo 5 do Acordo sobre Agricultura. O que se propõe é a flexibilidade de ampliar esse número de produtos, em que alguns países em desenvolvimento podem alcançar um maior número de itens tarifários sujeitos à salvaguarda agrícola.

Nesse sentido, embora exista uma SGE sob determinadas características para sua aplicação no marco do Artigo 5 do Acordo sobre Agricultura, é necessário analisar e propor como aplicar os "direitos adicionais".

Além da aplicação automática, a SGE tem certas características importantes que a diferenciam de uma salvaguarda nos termos do Artigo XIX do GATT e do Acordo sobre Salvaguardas. Em primeiro lugar, a SGE é aplicada diante de qualquer dos dois fatores estabelecidos – que comumente são entendidos como aumento de importações ou diminuição do preço dos produtos importados. Segundo, estabelece os níveis para sua ativação. Em terceiro lugar, o parágrafo 4 para o aumento do volume determina o prazo de aplicação "até o final do ano", e só pode ser fixado um nível que não exceda um terço do direito aduaneiro vigente no ano.

No caso de aplicação da SGE por valor do produto, as limitações são ainda maiores. O direito que pode ser aplicado segundo o parágrafo 5 chega aos 90%, dependendo da diferença do preço de importação e do preço de ativação.

Sob tais condições, ainda que a SGE seja um instrumento interessante, as disposições quanto à sua aplicação em relação a uma salvaguarda geral apresentam certas limitações em termos de margem e requisitos. A salvaguarda geral depende do aumento substancial do volume de importações, da demonstração de danos e, acima de tudo, da demonstração causal entre ambas condicionantes para sua aplicação. A margem de direito de aduana depende do nível de dano demonstrado – o que torna interessante que, apesar da dificuldade de aplicação, a possibilidade de outorgar um direito de aduana alto é factível.

Se a proposta do G33 permite transformar a SGE em um mecanismo em que se eliminam ou flexibilizam os parágrafos 4 e 5 do Acordo sobre Agricultura e se converte a SGE em uma salvaguarda similar àquela disposta no Artigo XIX do GATT, a ambição poderá ter "opiniões divergentes" para a flexibilidade quanto à discricionariedade que terão os países em sua aplicação.

Ao anterior, acrescenta-se que apenas 39 membros da OMC registraram sua reserva quanto à aplicação da SGE em suas listas de compromissos<sup>1</sup>. Como Equador e Taipé Chinesa não possuem dados registrados sobre o percentual de linhas tarifárias cobertas, vamos nos remeter a uma análise de 37 países, dos quais 21 são países em desenvolvimento e 16, desenvolvidos.

Dos 21 países em desenvolvimento que registraram reservas quanto à SGE na OMC, apenas quatro ou cinco, se quisermos ser ambiciosos, são membros do G33: Barbados, Coreia do Sul, Panamá e Venezuela – incluindo o Equador como quinto.

O esforço do G33 em buscar um consenso no marco da Ministerial de Buenos Aires, assim como em lograr um mandato ou acordo sobre as modalidades que regerão a aplicação do MSE e a inclusão do universo de produtos, dependerá do efeito no comércio que poderia ter a aplicação desse Mecanismo. Atualmente, o número de linhas tarifárias sujeitos a esse Mecanismo para os países em desenvolvimento é de cerca de 2.000, enquanto os países desenvolvidos podem aplicá-lo a cerca de 4.200.



Se a medida da SGE proposta pelo G33 tem, em princípio, a intenção de modificar o Artigo II do GATT no sentido de que as consolidações possam ser alteradas para a aplicação da SGE sob mecanismos, como atualmente estabelece o Acordo sobre Agricultura, o resultado será uma nova realidade protecionista, que terá um efeito muito negativo no intercâmbio comercial agrícola global.

A realidade mundial mudou desde 1994, com a criação da OMC: o intercâmbio comercial gerou um aumento substancial de benefícios para os produtores de bens agrícolas. O que não mudou foi a confiança gerada pela OMC desde 1994 quanto aos níveis de proteção e de acesso que os países se outorgam.

Entre o coerente e o pragmático em relação ao MSE, os países do G33 devem buscar a preservação da confiança e o nível de acesso, quando se concedem flexibilidades quanto à sua aplicação.

É preciso considerar que o MSE permitiria aos países em desenvolvimento sua aplicação frente aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Quando essa análise é feita no âmbito latino-americano, vemos que a proteção que se poderia dar aos países em desenvolvimento é maior que aquela em relação a outros países da mesma categoria, no sentido de que são nossos próprios vizinhos.

Em uma análise mais específica no âmbito da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), entendemos que, ainda que possa existir uma flexibilidade quanto à aplicação da SGE pelos países que formam essa Associação, a salvaguarda não poderia ser aplicada aos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) com base na Resolução 70 do Comitê de Representantes.

No âmbito da Comunidade Andina, a aplicação da SGE está limitada a um número de produtos, mas com um mecanismo que inclui a Secretaria da Comunidade Andina como entidade reguladora nesse processo.

Com uma maior especificidade, devemos analisar o alcance da aplicação de salvaguardas no marco dos acordos comerciais e, principalmente, se os países desenvolvidos conseguiram eliminar esse mecanismo ou dismantelar com o passar do tempo a faculdade de aplicação no marco de seus acordos. O G33 tem cada vez menos aliados na busca por um consenso em sua aplicação porque, inicialmente, a possibilidade de aplicação se dirige àqueles que não têm acordos, ou muito poucos, com países em desenvolvimento ou desenvolvidos.

Sendo pragmáticos e coerentes, o trabalho do G33 não apenas deverá se concentrar na busca por um mandato sobre que normas serão objeto das diretrizes no marco da Conferência Ministerial, mas em gerar uma segurança do comércio mundial quanto aos produtos agrícolas que o MSE poderia afetar.

---

❶ Ver: Doc. OMC G/AG/NG/S/9/Rev.1, de 19 de fevereiro de 2002.



**Carlos Suárez Cornejo**  
Chefe da Unidade de  
Negociações Comerciais do  
Ministério do Exterior da Bolívia.  
Professor universitário.

## AMIGOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO

# Uma agenda de desenvolvimento digital para o século XXI

Álvaro Cedeño Molinari

*Como membro fundador e porta-voz do grupo "Amigos do Comércio Eletrônico para o Desenvolvimento", a Costa Rica propõe que o tema seja incorporado à agenda da OMC. Neste artigo, o autor descreve os avanços do grupo na definição dos pilares do ecossistema do comércio eletrônico e na aprovação de um plano de ação.*

O avanço acelerado das tecnologias digitais está pegando o mundo de surpresa, sobretudo os países em desenvolvimento. Em cerca de duas décadas, houve um giro em direção à digitalização, e as transações que antes se realizavam pessoalmente estão migrando para a Internet. A inteligência artificial, a robótica e a impressão 3D estão transformando a maneira com que o trabalho e as tarefas cotidianas são realizadas em áreas que não costumavam incluí-las, abrangendo processos na agricultura, manufatura, construção e prestação de serviços, como educação, saúde e segurança cidadã.

Um grupo de países em desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) encontrou no comércio eletrônico uma oportunidade para vincular os membros em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) a essa nova realidade. O grupo de Amigos do Comércio Eletrônico para o Desenvolvimento (FED, sigla em inglês) foi criado para articular, com seus pares, estratégias que recorram ao comércio eletrônico como veículo para o desenvolvimento, pensando em soluções para os desafios enfrentados pelos PMDRs e facilitando sua incorporação na economia digital.

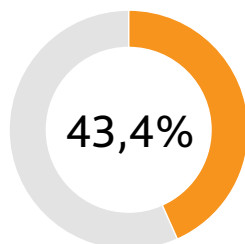
Ademais, o FED concebe o comércio eletrônico como uma das ferramentas que os países em desenvolvimento e os PMDRs podem utilizar para diminuir a exclusão digital, comercial e social. O comércio eletrônico tem o potencial de gerar empregos; promover a inovação; redistribuir a riqueza de forma mais equitativa; propiciar a integração das comunidades rurais por meio de investimentos em infraestrutura; impulsionar a cooperação entre o setor público, privado e acadêmico através de políticas públicas que protejam os consumidores; e promover a transparência de marcos regulatórios de acordo com a realidade em que vivemos.

Ainda que exista, na OMC, um programa de trabalho que data de 1998, o quadro-geral dos acordos da Organização já conta com disposições que facilitam o comércio eletrônico. Assim, o FED definiu como primeiro passo de sua estratégia mapear as regras já existentes para determinar seu alcance e a forma como impactam os países em desenvolvimento. Em primeira instância, é fundamental definir se essas regras incluem as necessidades dos países em desenvolvimento para então identificar as lacunas que deveriam ser abordadas.

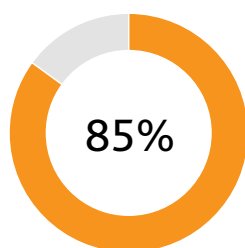
Vale destacar que várias ações devem ser realizadas em nível local em matéria de governança, transparência, acesso a mercados, regulação doméstica e facilitação do comércio, para citar alguns exemplos, pois a solução aos problemas de desenvolvimento não pode ser atribuída apenas à OMC.

Como parte desses esforços, o FED definiu quatro eixos dentro do que chamou de "ecossistema do comércio eletrônico", assim como um Roteiro que estabelece sete elementos indispensáveis para o desenvolvimento, que ofereçam um espaço para sua discussão no âmbito da OMC. Os pilares de conectividade, transações e comércio transfronteiriço sustentam temas transversais, como criação de capacidades e transferência tecnológica; proteção de dados e do consumidor; transparência e propriedade intelectual; e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

### Lares com Internet em 2015



América Latina e Caribe



Países da OCDE

Fonte: CEPAL (2016). Os dados para os países da OCDE incluem Chile e México

Por sua vez, o Roteiro propõe que as seguintes áreas estratégicas sejam desenvolvidas:

#### *Preparação e estratégia para o comércio eletrônico*

É importante que os membros empreendam esforços para identificar o estado de sua preparação para o comércio eletrônico, por meio de uma análise de suas forças e fraquezas. Assim, de forma voluntária, os membros podem especificar as ações que lhes sejam mais benéficas e, no marco regulatório do comércio internacional, considerar as reformas necessárias no nível nacional.

Com o programa de avaliação chamado *e-T.Ready Programme*, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) oferece apoio a países em desenvolvimento que o solicitem, com uma análise de prioridades para maximizar seu potencial de participação no comércio eletrônico e, por conseguinte, de seus benefícios. O FED conta com a assessoria constante da UNCTAD e apoia programas como o *e-T.Ready Programme*.

#### *Infraestrutura e serviços baseados em tecnologias digitais*

Para o FED, é inegável que a infraestrutura de tecnologias digitais deve ser confiável e acessível e que deve incluir acesso à banda larga, sobretudo em regiões menos favorecidas, para garantir o uso da Internet. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 9(c) e 17.11 buscam reduzir a exclusão digital e, portanto, as políticas comerciais devem contemplar esse elemento.

Como foi mencionado, já existe uma série de provisões nos acordos da OMC que podem servir de base para alcançar esses objetivos. Daí a importância de identificá-las e vinculá-las aos temas de concorrência e regulação; telecomunicações de valor agregado; serviços de computação e afins; e serviços de distribuição.

Além disso, é preciso atentar para as barreiras não tarifárias que impactam a exclusão digital, sobretudo para o comércio de *hardware* e *software*.

#### *Logística comercial*

O comércio transfronteiriço de bens deve ser efetivo e competitivo para evitar discrepâncias no caso de transações realizadas por meios eletrônicos. O Acordo sobre Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês) procura reduzir os entraves, custos e prazos para beneficiar sobretudo as MPMEs de países em desenvolvimento. Por esse motivo, o FED considera que a implementação do TFA deve ser uma prioridade.

#### *Soluções de pagamento*

Os meios de pagamento eletrônico são fundamentais para aproveitar as vantagens e novas oportunidades que existem para consumidores e compradores. A inclusão financeira, para todos aqueles que se encontram fora do sistema, pode ser alcançada por meio da implementação de pagamentos eletrônicos seguros, que facilitem a transição da dependência do dinheiro em espécie e que permitam o acesso ao comércio internacional.

---

*É importante que os membros empreendam esforços para identificar o estado de sua preparação para o comércio eletrônico, por meio de uma análise de suas forças e fraquezas. Assim, de forma voluntária, os membros podem (...), no marco regulatório do comércio internacional, considerar as reformas necessárias no nível nacional.*

---

**Consumidores online em 2013 (em milhões)**

China

**271**

Estados Unidos

**133**

Japão

**55**

Rússia

**20**

Brasil

**14**

Fonte: UNCTAD (2015)

Sobretudo, os meios de pagamento eletrônico devem ser confiáveis, simples e acessíveis a qualquer usuário do mundo.

*Marco legal e regulatório*

A confiança, a segurança e a tranquilidade dos consumidores e das empresas devem vir em primeiro lugar, para que o comércio eletrônico seja realmente um instrumento útil para o desenvolvimento. Por essa razão, o FED considera necessário identificar as ações que permitam criar um espaço propício para a proteção ao consumidor, proteção de dados, transferência transfronteiriça de dados com segurança, plataformas abertas para facilitar o comércio e a prevenção de crimes cibernéticos, assim como a eliminação de barreiras regulatórias ao comércio eletrônico.

*Desenvolvimento de habilidades e assistência técnica para o comércio eletrônico*

A criação de capacidades e habilidades técnicas deve ser promovida no setor privado, público e acadêmico, a fim de que os benefícios do comércio eletrônico sejam aproveitados. Além disso, é necessário dar particular atenção à vinculação das MPMEs.

*Acesso a financiamento*

No nível internacional, deve existir coerência entre as agências envolvidas em temas de desenvolvimento para criar soluções financeiras confiáveis, tanto para empresas incipientes, start-ups ou empresas com vocação exportadora. Isso promoverá não apenas empreendimentos, como também sua incorporação no comércio eletrônico e nas cadeias globais de valor.

Para grandes geradores de emprego e inovação, como as MPMEs, o Roteiro do FED e os pilares do ecossistema de comércio eletrônico concentram-se em necessidades pontuais para que tais empresas se integrem com eficácia no comércio global. Entre os exemplos, encontram-se: i) o acesso às tecnologias da informação e comunicação; ii) a apresentação das condições necessárias para que tais empresas participem do comércio internacional e se adaptem a mudanças para serem competitivas; iii) o acesso a financiamento; iv) a criação de capacidades e assistência técnica; e v) a vocação exportadora ou "born global".

O FED tem trabalhado para articular tanto o Roteiro como os pilares em atividades e seminários individuais, nos quais temas específicos são discutidos e experiências nacionais sobre cada um deles são apresentadas. Essas atividades foram denominadas *e-dialogues* e serão realizadas nas semanas anteriores à 11ª Conferência Ministerial da OMC.

Em Genebra, a maneira tradicional de negociar tornou-se ineficiente: é necessário atualizar os enfoques e adotar métodos alternativos e inovadores. É preciso trabalhar para conhecer todos os pontos de vista e criar pontes para promover a troca de informações, compartilhar experiências nacionais e identificar novos desafios e oportunidades.

Nas conversas realizadas na OMC, existem claras diferenças sobre a maneira de abordar o comércio eletrônico, ainda que exista um interesse geral no fenômeno do desenvolvimento exponencial das tecnologias digitais. Embora seus benefícios ainda não tenham chegado a

---

*Em Genebra, a maneira tradicional de negociar tornou-se ineficiente: é necessário atualizar os enfoques e adotar métodos alternativos e inovadores. É preciso trabalhar para conhecer todos os pontos de vista e criar pontes para promover a troca de informações, compartilhar experiências nacionais e identificar novos desafios e oportunidades.*

---

todos os países em desenvolvimento da mesma forma, é importante que os países que lograram sua incorporação nas cadeias globais de valor compartilhem sua experiência em um espaço de confiança, que deve ser a base sobre a qual se sustenta o comércio eletrônico. Na OMC, o FED trabalhou para construir essa confiança no âmbito multilateral junto a outros onze membros<sup>1</sup> de diferentes regiões e níveis de desenvolvimento.

A vinculação da Costa Rica à era digital remonta a mais de duas décadas, quando foi assinado o Acordo sobre Tecnologias da Informação (ATI). Nosso país contava com as características necessárias para dar um salto quantitativo em seu modelo de desenvolvimento, destinando importantes recursos à educação e saúde. A ausência de exército, aliada a uma sólida estabilidade política em uma região ainda abalada pelas sequelas de conflitos militares, uma posição geográfica privilegiada, o apego ao estado de direito, um clima de negócios favorável e, em particular, o contar com uma população de alta qualificação em termos de saúde e educação, permitiu a instalação de empresas tecnológicas de grande peso no nível internacional.

O efeito dominó desencadeado com a incorporação da Costa Rica nas cadeias globais de valor e com o estabelecimento de conglomerados de manufatura e serviços diversificou e sofisticou o portfólio exportador do país. No entanto, a Costa Rica ainda enfrenta os mesmos desafios de outros países em desenvolvimento, sobretudo no que toca à integração de algumas zonas rurais.

Existem problemas de conectividade em regiões mais distantes; os setores agrícola e energético enfrentam novos desafios por causa da mudança climática; e as MPMEs também enfrentam muitas barreiras no acesso a financiamento. É por isso que, para a Costa Rica, o comércio eletrônico é fundamental para fortalecer sua integração à economia global.

Pela primeira vez na OMC, fala-se de maneira sistemática sobre comércio eletrônico, com um espectro tão amplo de membros e em tantos foros diferentes. Por isso, os membros da OMC – em especial seus ministros – devem garantir que a futura agenda de comércio incorpore uma agenda de desenvolvimento digital. Poderíamos inclusive esperar que Buenos Aires seja lembrada como a “Ministerial Digital da OMC”, ao incorporar um novo paradigma do comércio, muito próprio do século XXI, com sua notável evolução para a economia digital.

---

<sup>1</sup> Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cazaquistão, Quênia, Moldávia, Nigéria, Paquistão, Sri Lanka e Uruguai.



**Álvaro Cedeño Molinari**  
Embaixador, representante  
permanente da Costa Rica junto  
à OMC.

## GRUPO LATINO

# Negociações sobre subsídios à pesca na OMC

Josefina del Prado

*Por meio de uma análise dos antecedentes das negociações sobre subsídios à pesca, a autora destaca a atuação de um grupo de seis países da América Latina que, com uma ativa participação do Peru, trabalhou em uma proposta com vistas a constituir um ponto de partida para os debates neste segundo semestre sobre a 11ª Conferência Ministerial da OMC.*

As discussões sobre subsídios à pesca no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) não são novas. Já em 1999, no Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC, Austrália, Estados Unidos, Filipinas, Islândia e Nova Zelândia solicitaram a eliminação gradual das subvenções à pesca sob o argumento de que prejudicam o meio ambiente e o comércio. Em seguida, Chile, Equador e Peru juntaram-se ao grupo, que solicitou que a OMC revisasse as possíveis lacunas do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (SMC) em relação às subvenções pesqueiras.

Foi nesse contexto que os membros da OMC se reuniram em Doha (2001) para “celebrar negociações com vistas a esclarecer e melhorar as disciplinas previstas no Acordo relativo à aplicação do Artigo VI do GATT [sigla em inglês para Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio] de 1994 e do Acordo SMC, e procurar esclarecer e melhorar as disciplinas da OMC a respeito dos subsídios à pesca, levando em conta a importância desse setor para os países em desenvolvimento”<sup>1</sup>.

Cabe lembrar que, no Acordo SMC da OMC, as partes reconhecem que a Organização visa a “aumentar a produção e o comércio de bens e serviços, permitindo, ao mesmo tempo, a utilização ótima dos recursos mundiais em conformidade com o objetivo de um desenvolvimento sustentável e a proteção e preservação do meio ambiente”.

As discussões na OMC acontecem no Grupo de Negociação sobre as Normas (GNN). O processo tem sido longo e inconstante, mas o interesse e a preocupação em torno do tema nunca deixaram de estar presentes. As negociações têm operado com o argumento central de que o nível elevado de subsídios concedidos por alguns países contribui para a sobrecapacidade e a sobrepesca. Os diálogos nessa matéria refletem a preocupação global sobre seus efeitos em termos de concorrência comercial desleal e quanto à sustentabilidade dos recursos.

Na comunicação ao GNN apresentada por Austrália, Chile, Equador, Estados Unidos, Filipinas, Islândia, Nova Zelândia e Peru, em 2002, assinala-se que “as distorções do comércio se manifestam sob a forma de mudança das posições competitivas relativas no mercado dos produtores nos respectivos países. Por outro lado, no setor da pesca, as subvenções podem distorcer também o acesso a populações compartilhadas de peixes, limitando assim o acesso produtivo de outros participantes ao reduzir um recurso esgotável. As consequências prejudiciais são diversas. Os países que não oferecem subvenções e que limitam as capturas totais para salvaguardar uma população de peixes compartilhada perdem com isso as capturas suplementares que essas subvenções permitem obter aos pescadores dos países que as outorgam. A concorrência de frotas de pesca de altura subvencionadas pode fazer com que, para os países em desenvolvimento, tal prática se torne inviável do ponto de vista econômico”(TN/RL/W/3).

A Declaração Ministerial de Hong Kong (2005) confere destaque ao tema, ao especificar que “é necessário fortalecer as disciplinas relativas às subvenções no setor da pesca, inclusive mediante a proibição de certas formas de subvenções à pesca que contribuam para o excesso de capacidade e a sobrepesca”. Ainda, a Declaração exorta os participantes a “empreenderem sem demora novos estudos detalhados para, entre outras coisas, estabelecer a natureza e o alcance dessas disciplinas, com a inclusão da transparência e do rigor”. Além disso, diz que “deverá formar parte integrante das negociações sobre as



## US\$ 35 bilhões

Montante total de subsídios que favorecem a sobrepesca

Fonte: UNCTAD (2017)

subvenções à pesca um tratamento especial e diferenciado adequado e efetivo para os Membros em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo" (Anexo D).

Em 2007, o presidente do GNN distribuiu aos membros seu primeiro rascunho de textos consolidados sobre *antidumping*, subvenções (inclusive à pesca) e medidas compensatórias. Nesse documento, foram propostas disciplinas específicas para subvenções à pesca em um novo anexo do Acordo SMC, incluindo a proibição de subvenções à construção de novas embarcações, custos de exploração, assim como aquelas que incorriam em pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INDNR). O documento foi apoiado pelo grupo Amigos dos Peixes, países em desenvolvimento e países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). No entanto, as divergências persistiram, impedindo um possível acordo.

Em 2008, o presidente do GNN apresentou um documento baseado nas propostas dos Estados Unidos, da União Europeia (UE), da China e do grupo Amigos dos Peixes, determinando as subvenções proibidas, as exceções a essas proibições, os casos excepcionais e o tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento. No final do mesmo ano, o GNN publicou um "Roteiro para Futuros Debates", que serviria de base para a continuação das negociações. Foram abordadas as perguntas que constam no Roteiro e, no final de 2009, o grupo Amigos dos Peixes começou a considerar novas propostas substantivas apresentadas pelas delegações.

### Novo impulso

As negociações de certos temas pendentes da Rodada Doha tomaram novo impulso nos últimos anos. A 9ª Conferência Ministerial da OMC (2003), realizada em Bali (Indonésia), culminou com o Acordo sobre Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês), temas da agricultura e PMDRs; e a 10ª Conferência Ministerial da OMC (2015), em Nairobi (Quênia), terminou com a eliminação de subsídios à exportação agrícola.

Em junho de 2015, Argentina, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru e Uruguai apresentaram um comunicado no qual definiam "Elementos para disciplinas eficazes sobre as subvenções à pesca no programa de trabalho posterior a Bali" (TN/RL/W/258), evidenciando o interesse em contribuir com um acordo.

Sem dúvida, um aspecto que renova as negociações sobre subsídios à pesca é a aprovação, no âmbito das Nações Unidas, dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. O ODS 14, por exemplo, busca a conservação e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. A meta 14.6 desse ODS estabelece: "Para 2020, proibir certas formas de subvenções à pesca que contribuam para a capacidade excessiva de pesca e para a sobre-exploração pesqueira, eliminar as subvenções que contribuem para a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e abster-se de introduzir novas subvenções dessa índole, reconhecendo que a negociação sobre as subvenções à pesca no marco da Organização Mundial do Comércio deve incluir um tratamento especial e diferenciado, apropriado e efetivo para os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo".

### Propostas atuais

É nesse contexto que as negociações de subvenções à pesca são retomadas e os membros elaboram novas propostas para abordar o assunto. Atualmente, existem sete propostas de texto em discussão: Nova Zelândia, Islândia e Paquistão (TN/RL/GEN/186); UE (TN/RL/GEN/181/Rev1); Indonésia (TN/RL/GEN/189/Rev.1); países ACP (África, Caribe e Pacífico) (TN/RL/GEN/192); Argentina, Colômbia, Costa Rica, Panamá, Peru e Uruguai (TN/RL/GEN/187/Rev.2); PMDRs (TN/RL/GEN/193); e Noruega (TN/RL/GEN/191). Na reunião do GNN de julho de 2017, os proponentes solicitaram ao presidente que, com apoio da Secretaria da OMC, realizasse uma compilação dos textos em uma matriz, a fim de facilitar a análise, focar nas discussões e avançar nas negociações sem prejudicar os resultados nem as posições dos membros.

## US\$ 540 milhões

Número de pessoas que dependem economicamente da pesca e da aquicultura

Fonte: FAO (2017)

O aspecto mais sensível nas negociações diz respeito aos níveis de ambição quanto ao escopo, as disciplinas contempladas, os prazos e meios de implementação e a forma como se abordaria o tratamento especial e diferenciado.

### Proposta latina

Em 24 de maio de 2017, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Panamá, Peru e Uruguai apresentaram ao GNN uma "Proposta de Disciplinas sobre Subvenções à Pesca", conhecida como "proposta latina". O documento sugere um tratamento integral, pragmático e realista do tema, a fim de constituir um ponto de partida para os debates. Cobre os três eixos do ODS 14.6 ao considerar a eliminação das subvenções relacionadas à pesca INDNR, assim como certas disciplinas em matéria de subvenções que contribuem para a sobrecapacidade e sobrepesca, incluindo disposições para o tratamento da pesca artesanal de pequena escala. Além disso, contém artigos dedicados à transparência, cooperação técnica e uma cláusula de revisão.

Em relação à pesca ilegal não declarada e não regulamentada, a proposta adota a definição de pesca INDNR do parágrafo 3 do Plano de Ação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), com o objetivo de prevenir tal prática. A proibição alcança a embarcação e o operador envolvidos na pesca INDNR e propõe certos critérios para a determinação realizada por um membro, reconhece as listas das Organizações Regionais de Ordenamento Pesqueiro (OROPs) das quais faz parte e oferece a oportunidade de reconhecer as listas de outras OROPs das quais não faz parte, de acordo com a legislação nacional e internacional aplicável a cada membro.

Quanto à eliminação de certas subvenções que contribuem para a sobrepesca, a determinação de seu efeito negativo se baseará na situação dos estoques. Nesse ponto, são considerados períodos de transição diferenciados para os que não têm informações atualizadas sobre a população de peixes em relação à qual se fornece o subsídio. Cada membro avalia se está em condições de sobrepesca dentro de sua jurisdição com base na melhor informação científica. Também é contemplada a eliminação do subsídio à embarcação ou operador que pescar além da jurisdição nacional, exceto quando seja em virtude de um direito ou cota outorgada por uma OROP.

Em relação à eliminação de subvenções que contribuem para a sobrecapacidade, a proposta considera disciplinas em áreas para além da jurisdição nacional. Busca proibir subsídios para aumentar a capacidade de frota, assim como manter a capacidade já existente. O documento prevê que os membros também possam manter ou criar subvenções destinadas a cobrir cotas ou outros direitos em OROPs, ou seja, quando isso ocorre de maneira responsável.

A proposta latina também considera uma disposição sobre a pesca artesanal com base no ODS 14.b, com vistas a facilitar o acesso dos pescadores artesanais aos recursos marinhos e mercados. Tal disposição faz referência à definição dessa atividade na legislação nacional e indica expressamente que serão eliminadas as subvenções no caso de pesca INDNR. Trata-se de um aspecto essencial da proposta, que aponta para um tratamento especial dentro das águas de jurisdição de um país membro.

Quanto à transparência, a proposta latina defende que os membros notifiquem algumas categorias adicionais e prevê o uso de períodos de transição diferenciados. Ainda, os proponentes consideram a cooperação técnica para ajudar os países em desenvolvimento e os PMDRs a cumprirem com seus compromissos e uma disposição relativa ao exame anual dos progressos realizados na aplicação.

### O papel do Peru

Ao longo desses anos, o Peru tem sido um dos membros mais ativos nessas discussões, apresentando propostas e comunicados junto aos Amigos dos Peixes ou a outros membros da OMC.

Já em 1999, é possível identificar antecedentes da participação do Peru, quando, com Austrália, Estados Unidos, Filipinas, Islândia, Noruega e Nova Zelândia, apresentou uma proposta para que os membros concordassem com o fim das subvenções que promovem uma capacidade excessiva do setor de pesca, gerando distorções ao comércio. Desde o mandato de Doha sobre esse tema, encontramos também documentos conjuntos com esses e outros membros quanto a possíveis enfoques, qualificações, elementos de debate para novas disciplinas e balanço sobre o progresso alcançado.

Nas Conferências Ministeriais da OMC realizadas em 2011 e 2013, o Peru apoiou as declarações do grupo Amigos dos Peixes, reafirmando sua preocupação e seu interesse em obter resultados na área de subsídios à pesca.

Em julho e outubro de 2015, o Peru apresentou diversas propostas sobre subsídios à pesca na OMC e, durante a 10ª Conferência Ministerial, liderou as discussões sobre o tema nos vários formatos de negociação. Em conjunto com a ACP, o Peru promoveu a retomada dos diálogos com o objetivo de eliminar os subsídios pesqueiros que afetam a sustentabilidade dos recursos marinhos, em uma proposta apresentada em Nairobi como parte dos esforços para posicionar esse tema na agenda multilateral. Junto a outros 26 membros da OMC, o Peru assinou a Declaração de Ministros em apoio ao estabelecimento de disciplinas ambiciosas e eficazes sobre subsídios à pesca.

No âmbito da OMC, é inquestionável a preocupação e o compromisso do Peru junto a seus sócios latinos para buscar um consenso no tema dos subsídios à pesca. O Peru instou os membros para tirar o melhor proveito possível dos meses que restam, a fim de chegar a um acordo na 11ª Conferência Ministerial de Buenos Aires, em dezembro.

O clima parece favorável: o próprio presidente do GNN afirmou que os membros da OMC expressaram um “claro interesse” em alcançar resultados nessas negociações e, além disso, que muitas delegações estão interessadas em chegar a um resultado sobre subvenções à pesca.

Estamos em uma nova fase de negociação sobre os subsídios à pesca. A matriz que reúne as sete propostas apresentadas servirá para identificar coincidências, com o objetivo de contribuir para os esforços de chegar a um texto de consenso relativo sobre esse tema – sem dúvida, um desafio que tem se mostrado difícil. Esperamos que as negociações se intensifiquem neste segundo semestre e que as iniciativas apresentadas encontrem um porto comum na Conferência Ministerial de Buenos Aires.

---

❶ Parágrafos 28 e 31 da Declaração Ministerial de Doha.

❶ Integrantes: Argentina, Austrália, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão e Peru. O grupo constitui uma coalizão informal, que busca promover práticas de pesca sustentáveis e a eliminação de subsídios prejudiciais.



**Josefina del Prado**  
Coordenadora de Comércio  
e Meio Ambiente do Vice-  
Ministério de Comércio Exterior  
no Ministério de Comércio  
Exterior e Turismo do Peru.

# Publicações



## **Alavancando o Setor de Serviços para Cadeias de Valor Inclusivas de Países em Desenvolvimento**

**ICTSD – setembro 2017**

Apesar das poucas exceções, como logística e finanças, o papel do setor de serviços nas cadeias globais de valor (CGV) é normalmente negligenciado. Ainda assim, serviços contribuem para as CGVs de modo amplo e profundo. Por exemplo, foram os avanços tecnológicos no setor de transportes e comunicação que tornaram possível a externalização da produção das multinacionais. Este artigo analisa como uma maior competitividade no setor de serviços pode trazer oportunidades de desenvolvimento sustentável nas cadeias de valor de países em desenvolvimento. Novas oportunidades podem surgir para o setor privado com a organização dos componentes de serviços das cadeias de valor do modo mais eficaz no sentido econômico e social. Com isso, a capacidade do lado da oferta doméstica pode ser melhorada, fazendo com que os países possam dar passos em direção ao desenvolvimento sustentável. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).



## **As Atuais Alianças na Legislação de Propriedade Intelectual: a Emergência e o Impacto dos Acordos Megarregionais**

**ICTSD – agosto 2017**

Os capítulos desta publicação revisam de maneira sistemática temas de *enforcement* que ocuparam o centro das atenções dos acordos comerciais após o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994. Desde aquele ano, o número de acordos de comércio aumentou consideravelmente. Este volume analisa o passado, o contexto atual e os acordos de comércio negociados recentemente. Considera os impactos e possíveis cenários trazidos à tona pelo impasse atual ao redor desses acordos e, de modo mais geral, as consequências do plurilateralismo e as implicações dessas tendências para o sistema internacional. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).



## **Para Além dos 'Fintechs': Uma Análise Pragmática do Potencial Disruptivo no Setor de Serviços Financeiros**

**Fórum Econômico Mundial – agosto 2017**

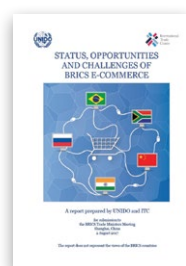
Por muitos anos, o tópico de discussão mais quente dentro do setor de serviços financeiros foi o "fintech", isto é, o uso de novas tecnologias por empresas do setor financeiro para a prestação de serviços financeiros. Políticos, reguladores e consumidores faziam a mesma pergunta: "Poderão as startups de tecnologia centradas no fintech redefinir a forma pela qual os bancos e as seguradoras operam e ampliar o panorama competitivo da indústria?". Com base nos resultados do relatório de 2015, intitulado "O Futuro dos Serviços Financeiros", este documento considera a evolução e o impacto dos fintechs sobre a indústria. Os resultados sugerem que os fintechs mudaram a base de competição no setor de serviços, mas ainda não mudaram o cenário competitivo. Mais precisamente, apresentam um papel crucial na definição do ritmo e direção da inovação dentro do setor, mas tiveram dificuldades para superar as vantagens de escala das instituições financeiras de grande porte. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).



## O Futuro da Indústria

**IEDI – agosto 2017**

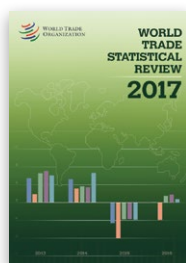
A magnitude da crise que a indústria brasileira sofreu entre 2014 e 2016, bem como a fragilidade de sua incipiente recuperação na primeira metade de 2017, cria desafios importantes para que o setor se prepare para as profundas transformações tecnológicas que começam a redefinir o processo de produção industrial no mundo. No âmbito do II Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação (II ENEI), foi realizada, em 2 de agosto de 2017, a mesa "IEDI: O Futuro da Indústria", cuja discussão é resumida neste documento. Organizado pelo diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), David Kupfer, o evento contou com a participação de Luciano Coutinho, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e de Afonso Fleury, da Universidade de São Paulo (USP). Pedro Wongtschowski, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), coordenou os trabalhos. Para acessar o documento completo em português, clique [aqui](#).



## Status, Oportunidades e Desafios para o e-Commerce no BRICS

**ITC – agosto 2017**

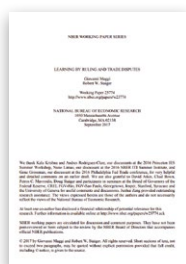
Este relatório conjunto da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e o Centro de Comércio Internacional (ITC, sigla em inglês) examina mercados de *e-commerce* do tipo *business-to-clients* em cada um dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Tal análise é empreendida com atenção à trajetória desses países, bem como ao ecossistema de negócios e aos marcos regulatórios que os caracterizam. O estudo identifica os principais gargalos para que os países do BRICS realizem o seu potencial de *e-commerce* e oferece recomendações de políticas públicas, tais como a simplificação de procedimentos alfandegários, a adaptação de sistemas de taxação, a melhora de infraestrutura, o fortalecimento do conhecimento e das habilidades dos pequenos negócios, e a melhora da cooperação tanto dentro do BRICS como internacionalmente. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).



## Relatório Estatístico do Comércio Mundial

**OMC – julho 2017**

A publicação da Organização Mundial do Comércio (OMC) confirma que o comércio continuou a apoiar o crescimento econômico e desenvolvimento, ajudando a reduzir a pobreza ao redor do mundo. Nesta edição, a OMC olha para os últimos dez anos, com o objetivo de examinar as principais tendências do comércio e analisar como e por que o comércio global está mudando. O relatório começa com uma análise geral dos desenvolvimentos no âmbito comercial durante os últimos anos e então observa a participação do comércio no produto interno bruto (PIB) mundial em 2016 e começo de 2017. Ainda, o estudo analisa tendências do comércio de bens e serviços e busca padrões globais e regionais de comércio. Por fim, observa a participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).



## Aprendizado por Decisões e Disputas Comerciais

**NBER – setembro 2017**

Ao longo do período de existência da Organização Mundial do Comércio (OMC), a frequência das disputas e decisões judiciais apresentou uma tendência de queda. Essa tendência é por vezes interpretada como sintoma de um sistema de resolução de disputas em declínio. Neste artigo, os autores propõem uma teoria que pode explicar esses desenvolvimentos como resultado de aprendizagem judicial. De acordo com a teoria, essa tendência é uma boa notícia. Os autores oferecem evidências de que as previsões de seu modelo são consistentes com os dados das disputas na OMC e dão um primeiro passo na busca por estimar a força e escopo do aprendizado judicial. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/biores](http://www.ictsd.org/news/biores)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para  
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento  
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores  
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Dinamarca**

**Departamento de Assuntos Exteriores e  
de Comércio da Austrália**

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-  
NonCommercial-NoDerivatives 4.0  
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

ISSN 1813-4394

